

NELSON WERNECK SODRÉ: VIDA MILITAR, DEMOCRACIA E POLÍTICA ECONÔMICA¹

Resumo

Este artigo realiza uma reconstituição das opiniões de Nelson Werneck Sodré diante de acontecimentos políticos relevantes ocorridos no período 1954-1964. Esta reconstituição é feita através de pesquisas em artigos de Sodré publicados em diferentes jornais durante o período. Com esta reconstituição, procuramos oferecer mais elementos para explicar as perspectivas políticas, inclusive as de política econômica, adotadas por Sodré. Neste sentido, o artigo procura mostrar que a posição enquanto militar e a defesa do regime democrático são elementos essenciais para compreender a perspectiva nacionalista do autor.

Palavras chave: Sodré, Nelson Werneck; democracia; política econômica.

Abstract

This paper presents a reconstitution of Nelson Werneck Sodré's views on relevant political events in the period of 1954-1964. This reconstitution is retrieved through research on Sodré's articles published in different newspapers during that time. With this reconstitution, we try to offer more elements to explain the political perspectives, including those of economic policy, adopted by Sodré. In this sense, the paper tries to show that his position as military and his defense of the democratic

**ULISSES RUBIO
URBANO DA SILVA**

Doutor em Desenvolvimento Econômico, concentração em História Econômica, pelo Instituto de Economia da Unicamp

¹ Este artigo é baseado em partes de minha tese de doutorado, intitulada "A questão nacional no Brasil entre 1954 e 1964: perspectivas de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré".

regime are essential elements to understand the nationalist perspective of the author.

Keywords: Sodré, Nelson Werneck; democracy; economic policy.

1. Introdução

O catálogo do arquivo de Nelson Werneck Sodré, organizado por Luitgarde Barros e funcionários da Biblioteca Nacional (BARROS *et alii*, 2012), enumera 2.682 publicações de Nelson, entre artigos de jornais, artigos de revistas, livros e demais escritos. Crítico literário, militar e historiador, Sodré era leitor assíduo e escreveu sobre diversos temas, como comprovam, por exemplo, o leque de temas tratados em *Introdução à Revolução Brasileira* (SODRÉ, 1958) e a amplitude do *Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré* (SILVA, 2006).

Contudo, na história do pensamento econômico, Sodré aparece como emblema do pensamento do Partido Comunista Brasileiro, ou da interpretação nacional-democrática (MANTEGA, 1984; BIELSCHOWSKY, 2000). Análises como estas têm seguido dois caminhos. Por um lado, subestima-se a importância das questões políticas para o pensamento de Nelson Werneck Sodré. Por outro lado, quando as questões políticas são consideradas, dois pontos são destacados (e criticados): a perspectiva de que as relações no campo ainda eram feudais; a expectativa de que a burguesia industrial adotasse

uma postura de defesa do regime democrático e, portanto, estivesse mais aberta ao diálogo com as reivindicações trabalhistas e sociais. A nosso ver, esta forma de olhar para o pensamento de Sodré terminou por ofuscar também a incessante defesa do regime democrático como condição necessária para a realização de políticas econômicas populares, vista por quem conhecia os meandros das propostas nacionalistas entre militares.

Trabalhos mais recentes têm procurado assinalar a importância da democracia para as perspectivas sobre a revolução brasileira nas obras de Sodré. Para Cunha (2006), por exemplo, Sodré evitava uma posição que pudesse levar a um isolamento dos militares nacionalistas. Isto pode justificar a tentativa de Sodré de “vincular uma posição política democrática e a favor da democracia, sem assumir a posição de comunista” (CUNHA, 2006, pp. 98-99). Cunha (2006; 2011), apoiado em Ralph Miliband, vê neste posicionamento uma forma de aprofundamento da democracia através do incentivo ao debate e da valorização do conflito. Oliveira Filho (2006) ressalta que a concepção de frente ampla não dissimulava a existência de conflitos no seu interior, mas a crença de que estes deveriam ser resolvidos dentro da legalidade democrática (OLIVEIRA FILHO, 2006, p. 401)². Perspectivas

2 A noção de conflito também compunha o pensamento nacional-desenvolvimentista de Celso Furtado (VALENTE, 2009).

como estas colaboram também para mostrar que, em Sodré, as alterações sociais de vulto não são apenas resultados determinados por alterações na estrutura econômica³.

Neste artigo procuramos mostrar a imbricação entre vida militar, democracia e política econômica nas posições adotadas por Sodré durante o período de 1954 a 1964. Para tanto, uma pesquisa em artigos de jornais nos quais Sodré utiliza-se de pseudônimos, geralmente remetendo a um militar, permite melhor esclarecer tal imbricação. Neste sentido, a relação entre vida militar, democracia e política econômica será vista através de dois temas (que seguem nas duas próximas seções) identificados nos artigos dos jornais: 1) a opção do governo Kubitschek pela elite multinacional e associada; 2) a continuidade do desenvolvimento associado e o regime de exceção. Ao final do artigo, fazemos as considerações finais.

2. O governo Kubitschek inteiramente associado

A tentativa de instalar um regime de exceção em 24 de agosto de 1954 foi frustrada pelo suicídio de Vargas, que obrigou o grupo conspirador a recuar em sua ação. Como forma de evitar que as disputas no Exército fossem levadas ao governo de Café Filho, procurou-se escolher para o posto de ministro da Guerra um ministeriável que não estivesse associado

às disputas que então se explicitavam nas eleições do Clube Militar. Do lado cruzadista, apresentavam-se Juarez Távora, Cordeiro de Farias e Nelson de Mello. Do lado nacionalista, apresentavam-se Estillac Leal, Segadas Vianna e Zenóbio da Costa. Lott, até então, não estava associado a nenhum dos lados (BENEVIDES, 1976, pp. 155-156).

Os integrantes do movimento de 24 de agosto, apesar de terem sua ação frustrada, permaneciam realizando ações com o intuito de ocuparem o posto do Executivo. Neste ambiente ocorreu o pleito de 1955, para eleição do novo presidente do Brasil. Juscelino Kubitschek enfrentou dificuldades antes mesmo de ser eleito. Primeiro, houve iniciativa do governador de Pernambuco, Etelvino Lins, de adiar as eleições. Posteriormente, um manifesto assinado por chefes militares propunha a intervenção nos partidos políticos sob a justificativa de ser necessário garantir que a competição pela presidência ocorresse sem perigos (SILVA, 1984, p. 102).

Realizado o pleito, a UDN novamente fracassara em sua proposta para o Executivo, com a derrota de Juarez Távora. Restava, então, a

3 Gaio (2015) ressalta, em vários trechos, a importância da política na visão de Revolução Brasileira de Sodré. Para Moysés Gaio (2015, p. 77), "A Revolução Brasileira requer, no entanto, a mobilização consciente das classes sociais e, portanto, não há uma dinâmica interna das estruturas, não há naturalização do social".

tentativa de evitar a posse do candidato eleito. Mas o ministro da Guerra, Henrique Lott, que já havia se manifestado em favor da realização do pleito conforme previsto em lei, também defendia que a posse do eleito fosse garantida. Assim, a primeira tentativa de evitar a posse de JK ocorreu com o questionamento sobre a validade do pleito, uma vez que o candidato eleito não havia angariado maioria absoluta. A UDN acabou isolada após o fracasso desta tentativa, restando, assim, a conspiração, o que exigia dominar o dispositivo indispensável para a manobra, o Ministério da Guerra. A oportunidade surgiu com o discurso pronunciado por Mamede no funeral do general Canrobert Pereira da Costa. Lott, também presente, caracterizou o discurso como ato de indisciplina. Como o coronel Mamede estava servindo na Escola Superior de Guerra, não estava sob jurisdição do ministro da Guerra qualquer ação sobre o coronel. Lott, então, solicitou que Mamede retornasse ao Exército, o que foi negado pelo brigadeiro Gervásio Duncan, chefe substituto do Estado Maior das Forças Armadas (SILVA, 1984).

Neste ínterim, o presidente Café Filho foi internado devido a problemas cardiovasculares. O presidente decidiu então se afastar do cargo. A presidência da República foi assumida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. A constrangedora situação em que se encontrava o ministro da Guerra terminou no dia 10 de novembro de 1955, com Carlos Luz substituindo

Lott pelo general Fiúza de Castro, que tomaria posse no dia seguinte (SILVA, 1984).

Lott, advertido por Odílio Denys, chegara à conclusão de que um golpe de Estado estava em curso, liderado pelo novo presidente Carlos Luz, e decidiu agir, mobilizando o Exército e tentando evitar que o cruzador Tamandaré, no qual estava Carlos Luz, conseguisse chegar a São Paulo, onde a tentativa de golpe poderia encontrar o apoio de Jânio Quadros. O Tamandaré, não podendo desembarcar em Santos, retornou ao Rio de Janeiro. Carlos Luz desembarcou apenas no dia 13, após decidir pela renúncia. O episódio foi seguido de instalação de estado de sítio, que perdurou até o primeiro dia de governo de Kubitschek (SILVA, 1984).

O movimento de 11 de novembro ficou conhecido como novembrada, e seus apoiadores foram chamados de novembristas. No dia 11 de novembro de 1956, primeiro ano do movimento, Lott recebeu, em evento realizado na praça ao lado do Ministério da Guerra, “A espada de novembro”, oferecida por líderes trabalhistas. O vice-presidente Goulart, que personificou a oferta, discursou, seguido por resposta do homenageado. Segundo Silva (1984, p. 183) “Daqule momento em diante, era visível que o general Lott, embora não quisesse, seria o candidato das forças majoritárias”.

Se esta percepção já existia em 1956, seria ainda mais fortalecida. Lott, com o apoio de Odílio

Denys, foi fundamental para a estabilidade do governo Kubitschek. E recebeu ainda maior confiança ao expor sua opinião de que a Petrobrás era “intocável”. Contribuiu, ainda, para a credibilidade de Lott, a retomada da diretoria do Clube Militar pela chapa amarela, nacionalista, após vitória nas eleições de 1956 (BENEVIDES, 1976).

Uma vez declarada a intenção de Lott ser candidato a presidente, o período de disputas eleitorais se estendeu. Como disse Sodré, “há, no caso atual, uma particularidade, que não deve escapar à atenção de todos: o problema sucessório foi colocado com grande antecedência”⁴. Uma vez que a questão divisora das correntes políticas seria “uma luta aberta, e não confusa, entre o nacionalismo e o entreguismo”⁵, não era mais possível abrigar dentro de um governo, assegurado por forças legalistas, nacionalistas e liberal-desenvolvimentistas. Sodré, em várias oportunidades, frisou que a disputa pela sucessão presidencial seria realizada em torno de propostas divergentes de desenvolvimento: o desenvolvimento associado ao capital estrangeiro ou o nacionalismo como a via de desenvolvimento real para os desfavorecidos. Mas Sodré advertia que o bloco multinacional-associado se esquivava de tratar a disputa presidencial desta maneira⁶. Assim, a disputa eleitoral significava, de um lado, o do nacionalismo, “a sua prova decisiva”; de outro lado, o do desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, “um esforço

total para deter a implacável marcha de uma candidatura que traz o sinete do que é nacional, popular e democrático”⁷.

Para Sodré, o bloco multinacional-associado, apesar de ampla capacidade para veicular suas “verdades”, não apresentava capacidade de se opor à força do povo. Mas esta corrente tinha constatado que “há uma coisa perante a qual a força do povo se reduz muito: o chamado ‘lastro militar’. Só pela força o entreguismo tem condições de vencer”⁸. Portanto, os defensores do desenvolvimento associado ao capital estrangeiro viam-se na necessidade de criar condições para conquistar o referido lastro⁹.

4 N.W.S. “Dispositivo e manobra”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 08-14/08/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

5 N.W.S. “As razões da legalidade”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 05-11/09/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

6 N.W.S. “O processo de trituração”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 03-09/10/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X. “Procede a trituração”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 10-16/10/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

7 N.W.S. “A prova do nacionalismo”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 04-10/07/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

8 N.W.S. “Em busca do Lastro”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 15-21/08/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

9 “O comando entreguista chegou a uma conclusão um pouco desalentada nos últimos dias: falta ao candidato que apresentaram ao país um mínimo de lastro militar que lhe permita ir às últimas consequências e empolgar o poder em condições de exercê-lo conforme precisa e deseja, isto é, metendo na cadeia os nacionalistas, reduzindo o regime a uma ditadura e liquidando o monopólio estatal do petróleo e a indústria nacional”. N.W.S. “Em busca do Lastro” (*op. cit.*).

Dentro das Forças Armadas procurava-se gestar este lastro militar através da “pacificação”, tema já de razoável longa data dentro do Exército. No Brasil, a participação intensa do Exército na política teve início na República Velha. Mas foi ao final desta que a tensão entre diferentes correntes políticas no Exército ganhou vulto, tendo se destacado a corrente tenentista. Diante desta situação, a ideia de criar coesão nas Forças Armadas passou a ser não somente um tema ventilado, mas uma política seguida, durante o Estado Novo, por Góes Monteiro. Tanto a coesão nas Forças Armadas quanto a unidade nacional como pressuposto para a segurança nacional subsidiaram o apoio do Exército às políticas para o desenvolvimento iniciadas por Vargas. Se do ponto de vista externo estas propostas não revelavam enfrentamento à participação do capital estrangeiro, internamente estas propostas sedimentavam uma “modernização conservadora”, que encontrava acolhimento em uma parcela do Exército. Isto pode ser observado pela convergência entre as ideias de Góes Monteiro e autores conservadores dos anos 1920-1930. (SILVA, 2012; 2008).

A política perseguida por Góes Monteiro conseguiu atingir a aparência de coesão, sem que esta coesão fosse uma realidade dentro do Exército. As discordâncias no interior das Forças Armadas voltaram à superfície a partir da participação brasileira no conflito mundial. A participação da FEB (Força Expedicionária Brasileira) na

guerra teve repercussões distintas para a cúpula do exército e para o estrato de patentes médias. Os oficiais de patentes médias tomaram, em geral, uma postura crítica ao Estado Novo e sustentaram posições nacionalistas, inclusive para temas importantes no início da década de 1950, como a criação da Petrobrás. A cúpula do Exército, que havia endossado o Estado Novo e nutrido simpatias a regimes ditatoriais fascistas, conseguiu angariar para si o *status* de defensora de ideais democráticos. Desta maneira, a cúpula do Exército pôde se desvencilhar do caráter autoritário do Estado Novo e colocá-lo sobre a responsabilidade de Vargas. Góes Monteiro e Eurico Dutra, por exemplo, se uniram à UDN para depor Vargas, argumentando defender a democracia. Esta nova postura da cúpula das Forças Armadas se coadunava com outra consequência da participação do Brasil na guerra. Nos acordos assinados em 1942, ficou estabelecido que o governo deveria manter a ordem interna e impedir atividades subversivas. A Escola Superior de Guerra difundiu esta ideologia no Exército, numa visão na qual o Exército seria o único responsável por definir o que e quem seria considerado subversivo (SILVA, 2012).

Na medida em que o nacionalismo fosse considerado fora do alinhamento aos EUA e, portanto, subversivo, a manutenção da ordem interna podia facilmente confundir nacionalismo com comunismo. Ficava explícita a divisão

nas Forças Armadas. Sodré havia se posicionado, em ocasião anterior, dizendo que “O chavão anticomunista adquiriu um sentido, com a passagem do tempo, que permite todas as deformações”¹⁰. Para Sodré, isto derivava de um “esquematismo” que pretendia dividir os povos entre Oriente e Ocidente, ignorando que “O levantamento dos povos coloniais e subdesenvolvidos veio a mostrar a extrema precariedade do esquema montado depois da última guerra”¹¹. Mais ainda, Sodré dizia que este “esquematismo” era utilizado para justificar intervenções, inclusive militares, do Ocidente sobre povos colonizados e países dependentes¹².

A partir da redemocratização, as Forças Armadas, com especial destaque para o Exército, passaram a internalizar posições políticas existentes na sociedade civil. Isto se manifestou através da disputa crescente para a diretoria do Clube Militar entre nacionalistas e cruzadistas (como eram chamados os partidários da Cruzada Democrática). A princípio, os nacionalistas comandavam a diretoria do Clube entre 1948 e 1952 (SILVA, 2006; 2008), embora isto deva ser matizado devido às transferências realizadas após a polêmica publicação do número 107, em 1950, da Revista do Clube Militar.

Esta publicação ocorreu após a vitória nas eleições de 1950 para a diretoria do Clube. A chapa nacionalista, encabeçada por Estillac Leal, venceu a chapa cruzadista, encabeçada por

Cordeiro de Faria. A polêmica maior se deu em torno de um artigo não assinado sobre a Guerra da Coreia, o qual repudiava a ideia então aventada de participação do Brasil na mencionada guerra. O artigo ia além e contrariava também qualquer alinhamento estrito com os Estados Unidos que não considerasse os reais interesses do Brasil. A diretoria do Clube e, sobretudo, a Revista foram acusadas por seus adversários militares, políticos e órgãos de imprensa de serem, ou manterem como membros, comunistas. Sodré, em seu *Memórias de um soldado*, contraria esta acusação e diz que ela era resultado do esquematismo aceito por aqueles que concordavam com um alinhamento estrito aos Estados Unidos (SODRÉ, 1967, p. 301).

A divisão nas Forças Armadas, assim como em todo o campo político, foi ainda acentuada diante dos acontecimentos que deram origem ao movimento de 11 de novembro de

10 N.W.S. “Colonialismo e Guerra”. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 29/07/1958, p. 4. Assinado como *Observador Militar*.

11 N.W.S. “A Nova Diplomacia”. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 14/05/1958, p. 4. Assinado como *Observador Militar*.

12 “O quadro internacional viu quebrado o tranquilo e rígido esquematismo em que vinha sendo falsamente colocado. Não pode ser entendido mais como uma simples repartição entre Ocidente e Oriente, separados por um meridiano que ninguém conhece. Há uma faixa de povos que não aceita a repartição e uma gama de opiniões e tendências políticas que extravasa de seus limites. O chamado Ocidente, que poderia tentar a conquista desta faixa, fossem outras as condições internas de cada um de seus países, particularmente os Estados Unidos, prefere argumentar com as bases, com as armas, com a sexta frota ou com a sétima frota, e perde, sucessivamente, as batalhas”. N. W. S. “Colonialismo e diplomacia”. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 30/07/1958, p. 4. Assinado como *Observador Militar*.

1955, caracterizado por uma manobra para a manutenção do regime democrático através da garantia de posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Neste momento, segundo Sodré, a divisão “desenvolvimento associado” *versus* “nacionalismo” passou a ser acompanhada respectivamente pela oposição “golpe” *versus* “legalidade”¹³.

As mostras de divisão nas Forças Armadas e da existência de atividades conspirativas no seu interior ocorreram em diversas ocasiões durante o governo Kubitschek. Entre elas, as mais importantes foram as de Jacareacanga, de 11 a 29 de fevereiro de 1956, e Aragarças, de duração mais restrita (dois dias), mas não menos importante. Ambos os movimentos subversivos pretendiam substituir o presidente eleito. O primeiro ocorreu logo no início do governo Kubitschek e pode ser visto como continuidade das manobras para evitar a sua posse. O segundo ocorreu em meio à disputa eleitoral para decidir qual seria o presidente a assumir a partir de 1961, com a candidatura de Lott definida e Jânio Quadros vacilando em manter sua candidatura (SILVA, 1984).

Assim, desde o início dos anos 1950, a “pacificação”, dizendo querer colocar fim na divisão existente nas Forças Armadas, era eufemismo para alterações de postos e para retirar o direito de o Clube Militar tomar publicamente posições políticas, enfraquecer o nacionalismo e

tornar possível a implantação de políticas de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Para conseguir este lastro militar, os autoritários procuravam irradiar, por diversas formas, um clima de terrorismo, pressuposto para executarem a propaganda “pacificação”. Isto foi realizado, num primeiro momento, através da exigência de que Lott se desvinculasse do cargo de Ministro da Guerra assim que se tornasse candidato e que fosse substituído por um chefe militar “neutro”, “pacificador”, que “uniria as Forças Armadas”. A substituição teria o objetivo de, posteriormente, concretizar o “golpe”, no andamento da campanha eleitoral, dando ao Brasil o sonhado “regime de exceção”. Para Sodré, “Para entregar é preciso romper o referido dispositivo; com ele no poder, a democracia será mantida; sob regime democrático o entreguismo não tem condições para derrocar a Petrobrás”¹⁴.

13 “A delimitação dos campos, em 1955, colocava como fundamental o problema da legalidade democrática, profundamente ameaçada pelo entreguismo oposicionista (na realidade de posse do poder, desde o golpe de agosto de 1954), que pregava, ardorosamente, livremente, abertamente, o ‘regime de exceção’: de um lado, estavam os que defendiam a manutenção das instituições democráticas, e entre eles, naturalmente, os mais ativos e caracterizados nacionalistas; de outro lado, os que pretendiam subverter as instituições democráticas e, entre eles, naturalmente, os mais ativos e caracterizados entreguistas”. N.W.S. “As razões da legalidade”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 05-11/09/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

14 N.W.S. “A Manobra da pacificação”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 20-26/06/1959, p. 8. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

Ressaltamos a impossibilidade, verificada por Sodré, de se realizar as políticas imperialistas sob o regime democrático e a garantia às liberdades civis e políticas; no caso, até mesmo sob um regime democrático restrito, que excluía parcela significativa da população. Contudo, Sodré acreditava que a proposta de desenvolvimento associado não encontrava respaldo para conquistar “lastro militar” necessário. O autor confiava na capacidade de o dispositivo que garantiu a legalidade em 1955, personificado na figura no marechal Lott no Ministério da Guerra, permanecer no poder e manter o regime democrático. Contudo, alguns acontecimentos foram fechando esta possibilidade, sendo dois deles significativos: a reforma ministerial de Juscelino Kubitschek e a troca do ministro da Guerra para que Lott concorresse à presidência.

Lucas Lopes havia sido nomeado ministro da Fazenda em 25 de junho de 1958, após a saída de José Maria Alkmin. No seu livro de memórias, Juscelino Kubitschek admite que a política monetária era o assunto mais preocupante no momento, embora o ex-presidente sempre fizesse a ressalva de que isto não poderia fazer a política econômica desviar-se de seu principal objetivo: o Plano de Metas. Tendo conhecido o trabalho e as posições de Lucas Lopes durante o período em que foi governador de Minas Gerais, Kubitschek afirmou que, da nova composição ministerial realizada, a Fazenda era a que mais preocupava¹⁵ (KUBITSCHKEK, 1978).

De fato, conciliar uma política monetária alinhada às concepções ortodoxas, de grande influência no grupo de economistas do qual Lucas Lopes fazia parte, com os objetivos do governo Kubitschek não era simples. Entre o pensamento destes economistas e a vontade de Kubitschek encontrava-se a crescente dificuldade de divisas como contrapartida às importações necessárias, impelindo o governo a negociar novos empréstimos e renegociar antigos. Para tanto era preciso atender às exigências do FMI, cujo aval era imprescindível. Segundo Kubitschek, neste caso o ponto delicado era a política cambial: o FMI requeria a extinção dos subsídios (trigo, petróleo e papel eram os mais delicados) e a simplificação das taxas de câmbio (KUBITSCHKEK, 1978).

As políticas cambial e monetária provocavam intenso debate. Juscelino diz que não concebia a retirada dos subsídios, pelos efeitos que teria sobre a inflação e o acesso da população aos produtos (sobretudo no caso do petróleo, Juscelino diz que isto inutilizaria todo o esforço de construção da unidade nacional através de rodovias que ligavam as diferentes regiões). Se no caso

15 Lucas Lopes havia formulado o plano de eletrificação do estado de Minas Gerais, sendo também presidente da Centrais Elétricas do mesmo estado (CEMIG); havia participado da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos; havia dirigido, junto com Roberto Campos, a elaboração do Plano de Metas; e desde o início era presidente do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), cargo que deixou ao tornar-se ministro da Fazenda (Dicionário Histórico Bibliográfico CPDOC/FGV, verbete “Lucas Lopes”).

da política cambial o aumento dos preços fazia prever uma reação dos grupos de rendimento fixo, sendo o movimento trabalhista o mais notável, a política monetária teria de enfrentar as resistências de grupos empresariais, sobretudo os industriais, para as quais o presidente estava atento. Por exemplo, a CNI (Confederação Nacional da Indústria), segundo Almeida (2006), chegou até a acusar o FMI e o Banco Mundial de serem incapazes de realizarem os objetivos para os quais haviam sido criados.

O PEM (Programa de Estabilização Monetária), concebido por Roberto Campos e seguido por Lucas Lopes em sua gestão no Ministério da Fazenda, terminou sendo inexecutável diante da expansão monetária realizada pelo presidente do Banco do Brasil, Sebastião Pais de Almeida. Segundo Kubitschek, ele mesmo teria repassado as reclamações dos industriais para Pais de Almeida e solicitado que este tomasse ações para amenizar a dificuldade dos industriais (KUBITSCHKEK, 1978). O então presidente do Banco do Brasil foi nomeado ministro da Fazenda interino devido a um infarto sofrido por Lucas Lopes em 4 de junho de 1959. A escolha de um novo ministro ficava a cargo do presidente da República.

Nestas circunstâncias, a reforma ministerial era aguardada com expectativa. Considerando-se que a campanha presidencial havia sido iniciada, a reforma ministerial e as medidas adotadas

teriam consequências tanto para o novo governo quanto sobre a disputa eleitoral. Sodré dizia que os golpistas, representados pelo que ele chamou de “agência golpe”, queriam nomes que ligassem Lott às medidas impopulares. Uma vez que Lott era ministro da Guerra de Juscelino e seria presidenciável pelo PSD, o mesmo partido de Juscelino, a escolha de um ministério que tomasse medidas impopulares permitiria ligar Lott a tais medidas. Assim, se a reforma ministerial escolhesse ministros de “coragem”¹⁶ para tomar medidas impopulares, significaria uma sabotagem à campanha de Lott¹⁷.

A campanha de Lott ficaria vinculada ao governo Juscelino, mas, mais especificamente, ao “que ele tem de ruim”. Com isto, Sodré distinguia duas forças no interior do governo JK: as forças ligadas à defesa do regime democrático, relacionadas a Lott e aos novembristas e as forças que defendiam o desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, sobretudo Lucas Lopes e Roberto Campos, ligados ao governo JK e

16 Sodré faz esta interpretação sobre o que significaria de fato a “coragem” num artigo em que fez uma avaliação do governo Jânio Quadros: N.W.S. “O golpe: sua teoria”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 30/07-05/08/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”. Sem assinar.

17 “Uma reforma desse naipe seria, evidentemente, uma burla de tais proporções acompanhada de aumentos convenientes no custo de vida, como o dos transportes, recentemente deflagrado para oferecer o primeiro obstáculo concreto à candidatura do marechal Lott. Viriam novos aumentos, e aquela candidatura ficaria vinculada ao governo atual no que ele tem de ruim, e que é muito”. N.W.S. “Panorama da Sucessão”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 25-31/07/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

associados a políticas que teriam beneficiado a penetração do capital estrangeiro em setores industriais nacionais, além de compactuar com algumas condicionalidades exigidas pelo FMI. Esta crítica ao “desenvolvimentismo” de JK é realizada por Sodré em “Tendência das forças”, tópico de Formação Histórica do Brasil (SODRÉ, 1962).

Neste quesito, Sodré insiste em não caracterizar o governo Juscelino como “nacionalista”. Para o autor, este governo ganhou sua composição nacionalista no momento em que a efetividade de sua presidência tornou-se mais um capítulo entre defesa da democracia e nacionalismo *versus* desenvolvimento associado e golpe em novembro de 1955. Juscelino vinculou-se ao grupo militar legalista para garantir sua posse. Até então, a campanha de Juscelino era apenas mais um arranjo partidário¹⁸.

Tendo em vista este duplo caráter do governo Kubitschek, Sodré contrariava a oposição “os de dentro” *versus* “os de fora”. Esta divisão vinha estabelecida desde a transição entre o fim do Estado Novo e o primeiro governo da nova República. Vargas havia trabalhado tanto para a criação do PSD (Partido Social Democrata), no qual se filiou, quanto para a criação do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). A base do PSD era majoritariamente de grandes proprietários ligados ao setor agrário, de caráter predominantemente conservador. Embora houvesse uma

ala menos avessa às reformas sociais. O PTB foi formado sobre a estrutura sindical que havia sido criada pelo Estado Novo e estava ligado às novas forças políticas urbanas que emergiram com o processo de modernização (BENEVIDES, 1976; DELGADO, 2011).

Em 7 de abril de 1945 foi fundada a UDN (União Democrática Nacional). Inicialmente, este partido congregava uma ampla frente de opositores ao Estado Novo e ao getulismo. Contudo, a UDN não conseguiu ser vencedora de uma campanha presidencial, exceto nas eleições de 1961, para a qual apoiou o candidato de outro partido, Jânio Quadros. Como consequência, a UDN ficou associada, sobretudo pela ala de grande influência liderada por Carlos Lacerda, com forças que pretenderam, em diversos momentos, chegar ao poder através da instalação de um regime de exceção. O próprio Carlos Lacerda defendeu este regime. Um destes episódios foi o ocorrido em 24 de agosto 1954. Através deste, a UDN conseguiu estar representada no ministério de Café Filho, apesar de o suicídio de Vargas ter exigido um passo atrás e a UDN tenha tido que conviver com a defesa da legalidade de parcela significativa do Exército, representada na figura do ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott (BENEVIDES, 1981).

18 N.W.S. “As razões da legalidade”. O Semanário. Rio de Janeiro, 05-11/09/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

Se eleitoralmente houve polarização, em âmbito nacional, entre a aliança PSD/PTB e seu opositor UDN, isto não significou uma fissura intransponível entre a UDN e os outros dois partidos. Do ponto de vista ideológico e de sua principal base social, os ruralistas, havia pontos em comum entre a UDN e o PSD. Contribuía para isto o fato de os partidos políticos não se formarem apenas sobre programas políticos bem definidos, o que resultava em heterogeneidade no interior de cada partido. Neste sentido, os dois partidos, PSD e UDN, puderam compor alianças no Congresso em torno de bandeiras que lhes eram comuns, sobretudo em oposição à reforma agrária. Esta aproximação acentuou-se na mesma medida em que o PTB tornava-se mais reformista. Como veremos, um momento que evidencia esta situação foi o da tentativa de o PSD aliar-se à UDN nas eleições de 1960 (BENEVIDES, 1976; BENEVIDES, 1981).

Portanto, a polarização “os de dentro” *versus* “os de fora” somente captava o que se apresentava como oposição nos pleitos eleitorais, mas não evidenciava com fidelidade uma divisão entre contemplados ou não pela política de um determinado governo¹⁹. No que se refere à política econômica do governo Kubitschek, esta falsa polarização se torna mais problemática ao ser verificado que postos importantes foram ocupados por pessoas que defendiam o desenvolvimento associado, como Lucas Lopes no ministério da Fazenda e Roberto Campos no

BNDE²⁰. Além disso, Kubitschek fez profundo uso de uma medida criada por Eugênio Gudin ainda no governo de Café Filho, a Instrução 113 da SUMOC.

Neste sentido é que Nelson Werneck Sodré, considerando que o divisor entre as correntes na campanha presidencial seria nacionalismo *versus* desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, alertava para a falsidade daquela oposição entre “os de dentro” e “os de fora”, pois havia “entreguistas” tanto na oposição como no governo²¹. Neste momento, Sodré estava preocupado com as reuniões de bastidores que contavam com a participação de Lott. Tratava-se de uma iniciativa do presidente Juscelino de evitar uma candidatura pelo PSD, propondo um candidato de “união nacional”.

Maram (1991) apresenta argumentos que confirmam que Kubitschek não estava satisfeito com a candidatura de Lott. Kubitschek teria trabalhado para impedir a candidatura de qualquer presidenciável pelo PSD. Neste sentido, tentou fazer com que Lott cedesse a sua candidatura em favor de um candidato de “união nacional”,

19 Uma narrativa histórica do período de 1945 a 1964 que aceita a divisão entre “os de dentro” e “os de fora” é encontrada em Skidmore (1982).

20 A harmonia ideológica entre militares e civis da corrente da modernização conservadora e a convivência institucional entre eles pode ser vista em Dreifuss (1986).

21 N.W.S. “Nacionalismo e Segurança”. *O Semanário*. 01-07/08/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

que seria Juracy Magalhães, líder da UDN. Lott, a princípio, teria aceitado, provocando uma série de reuniões com San Tiago Dantas, Amaral Peixoto, Juracy Magalhães e o próprio Kubitschek. Contudo, segundo Benevides (1981), a proposta também encontrou resistência na UDN: Carlos Lacerda teria sido firme na posição de apoiar Jânio Quadros como candidato. Embora a tentativa de Kubitschek tenha sido frustrada e o PSD tenha finalmente aprovado a candidatura de Lott, com o apoio do PTB, as propostas reformistas do PTB estavam cada vez menos alinhadas à base conservadora do PSD²². Delgado (2011, p. 201) afirma, inclusive, que “O PSD uniu-se oficialmente ao PTB, mas a real aliança da maioria de seus integrantes, a partir de então, foi orientada para uniões contextuais com a UDN”.

Sodré estava ciente da falsa aparência desta oposição partidária que escondia uma unidade de interesses. Foi contrariando estas manobras de bastidores que ele propunha que a campanha do marechal Henrique Teixeira Lott deveria esforçar-se para “terminar com a farsa do segundo tempo, rasgando a fantasia de uma cúpula de traidores do Brasil, acumpliciados na mesma tarefa, os de dentro e os de fora do governo”²³.

A reforma ministerial era mais um episódio que descortinava esta falsa oposição. Sodré argumentava que a reforma ministerial seria uma primeira fase do novo governo. Portanto,

se quisesse apoiar a candidatura de Lott, o governo Kubitschek deveria começar por resolver os problemas fundamentais, “aquilo que está fazendo a vida do povo um sofrimento tremendo”. A reforma ministerial estaria inserida na oposição da campanha presidencial: “estamos pela fome, pela carestia, pela miséria, ou estamos pelo progresso, pela vida menos dura, por uma pausa na espoliação a que vimos sendo submetidos?”. Se fosse escolhida a segunda opção, a reforma ministerial deveria servir para a “montagem de um dispositivo que assegure a transição de um governo a outro governo”²⁴.

Contudo, Kubitschek não teria contribuído para a campanha nacionalista. A escolha de Sebastião Pais de Almeida não foi considerada favorável nem à campanha e nem ao atendimento das necessidades do povo brasileiro. Segundo Sodré,

A reforma ministerial, da forma como a entendeu e praticou o presidente, representa o maior serviço que já prestou aos inimigos do Brasil, e o maior atentado ao dispositivo que defenderá - e defenderá de qualquer maneira - a candidatura

22 Segundo Maram (1991), San Tiago Dantas teria dito que o PTB pensaria no assunto se Lott declarasse publicamente o apoio a um candidato de união nacional, ao que Lott disse que não partiria de tal iniciativa. A decisão do PTB de fortalecer a candidatura de Lott teria minado os planos de Juscelino.

23 N.W.S. “Nacionalismo e Segurança”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 01-07/08/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

24 N.W.S. “Dispositivo e manobra”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 08-14/08/1959, p. 2. Coluna Situação Militar, assinada como Cel. X.

popular do Marechal Teixeira Lott. Trata-se não de uma afoiteza, mas de uma leviandade, a somar-se a tantas outras, que pontilharam a trajetória curiosa do atual governo²⁵.

Portanto, a reforma ministerial do governo Kubitschek em 1959 foi recebida por Sodr e como uma manifesta o do presidente de não apoiar o nacionalismo nas elei es presidenciais, influenciando ainda mais para uma avalia o negativa sobre o governo Kubitschek. O nacionalismo via-se, assim, alijado de um instrumento importante para a campanha de Lott. Contudo, ainda restava o dispositivo principal: o Ministério da Guerra permanecia sob comando de um legalista, o próprio Lott. Para tornar-se elegível, Lott precisaria pedir exonera o do cargo, abrindo flanco para que o último dispositivo nacionalista fosse anulado e o governo se destitu sse de qualquer caráter nacionalista.

Sodr e dizia que o “golpismo entreguista”, apoiado tanto pelos de dentro como pelos de fora do governo, aproveitaria a saída de Lott do Ministério da Guerra para tentar evitar que o posto fosse novamente assumido por um “novembrista”. Para Sodr e, o nome indicado para manter o dispositivo nacionalista era marechal Denys.

Neste momento, Sodr e não nutria qualquer d vida em rela o   posi o legalista de Denys, convencido de que este enfrentaria a oposi o do “golpismo entreguista”²⁶. Mesmo após a nomea o de Denys, Sodr e manteve a confiança,

apesar de alguns jornais noticiarem que Denys estaria disposto a realizar a “pacifica o”²⁷. Mais ainda, Sodr e acreditou que a nomea o de Denys permitiria realizar a desejada unidade nas Forças Armadas. Contudo, a união não seria realizada através da política de “pacifica o”, mas em obediência   legalidade, às elei es e protegendo o país contra os interesses dos grandes monopólios internacionais²⁸.

A expectativa de Sodr e em rela o às possibilidades de união nas Forças Armadas fundamentada na defesa das liberdades democráticas aumentou após a vitória de Joaquim Justino Alves Bastos para a diretoria do Clube Militar.

25 *Ibidem*.

26 “Vai começar a mais sabida das manobras: a de impedir que o Ministério da Guerra seja ocupado por um grande chefe, democrático, respeitado, decente e novembrista. O homem que responde por todas estas qualidades   o marechal Odílio Denys, chefe na verdadeira significa o da palavra”. N.W.S. “O novo ministro”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 16-21/01/1960, p. 2. Coluna “Situa o Militar”, assinada como *Cel. X*.

27 *Ibidem*. N.W.S. “A intriga e a boçalidade”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 19-25/03/1960. Coluna “Situa o Militar”, assinada como *Cel. X*.

28 “Ora,   evidente que este quadro abre perspectivas   soluço de um problema colocado de maneira falsa muitas vezes e que conserva a sua importância: o da pacifica o das Forças Armadas. Claro que a pacifica o foi já colocada, por diversas vezes, ao sabor do entreguismo, que sempre a levantou como manobra para dividir e não para unir. Uma pacifica o verdadeira, isto  , o esquecimento de divisões antigas, de posi es antigas, de lutas antigas, só se poderia alcançar pela obediência   lei, pelo respeito aos regulamentos militares, pelo afastamento das aventuras políticas derrotadas. [...] Esta   a base sobre a qual se pode concretizar o anseio de unifica o e de esquecimento de lutas antigas – a única base: *contra os trustes, em defesa do Brasil, na manuten o do regime democrático, com as suas franquias amplas, e na preserva o das riquezas com que o Brasil há de tornar-se o grande país com que tanto sonhamos*”. N.W.S. “As vésperas da união”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 02-08/4/1960. Coluna “Situa o Militar”, assinada como *Cel. X*.

A vitória da chapa nacionalista nas eleições em 1956 significou o retorno dos nacionalistas após duas eleições perdidas para chapas cruzadistas (1952-1956). Os nacionalistas conseguiram vencer os cruzadistas também nas duas eleições seguintes, em 1958 e em 1960. Em ambas, a chapa amarela era encabeçada por Justino Alves e a chapa azul era encabeçada por Humberto de Alencar Castelo Branco²⁹. Para Sodré, abriam-se “largas perspectivas ao estabelecimento, em sólidas bases, de uma unidade militar”³⁰.

Contudo, quando Sodré tinha a mais alta expectativa quanto à possibilidade de enfraquecimento da ala conspiradora e, portanto, de debilidade eleitoral do desenvolvimento associado, o indispensável e principal dispositivo de defesa das forças democráticas e nacionalistas principiou a apresentar alteração de manobra, mudando de lado e virando-se contra as forças com as quais até então se alinhava. Este dispositivo era o Ministério da Guerra, personificado na figura do marechal Denys.

Para ampliar ainda mais as dificuldades deste cenário, para Sodré, começava a ficar evidente a existência de uma “marcha do continuísmo”: a tentativa de manter Kubitschek na presidência para um novo mandato³¹. Diante disto, ficava visível para Sodré que se tratava de mais uma forma de evitar que Lott fosse candidato ou, em caso de ser, de evitar que se tornasse presidente. Para Sodré, embora JK dissesse apoiar o

candidato de seu partido, tomava decisões políticas concretas que prejudicavam a campanha de Lott: “diz uma coisa e faz outra”³². Diante de uma greve em Cabo Frio, um deslocamento de homens do exército foi realizado. Dizia Sodré: “O ilustre ministro, ‘porta-voz de Lott’, esfregava as mãos de contente, e pensava, com seus botões, que agora sim: sairia um bochicho danado e a tropa do exército se chocaria com os trabalhadores esfomeados, e a candidatura de Lott levaria a breca”³³.

Sodré percebia, assim, que os nacionalistas não somente teriam que fazer a campanha sem o apoio do governo Kubitschek, como verificado pela reforma ministerial, mas também deveriam estar atentos para as possíveis medidas contrárias às liberdades democráticas tomadas por este governo e que poderiam criar dificuldades tanto à campanha como à manutenção

29 Castelo Branco também havia sido membro da chapa azul, nas eleições de 1950, quando foi encabeçada por Osvaldo Cordeiro de Farias.

30 N.W.S. “O caso do Clube Militar”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 21-27/05/1960, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

31 Kubitschek confirma, em suas memórias, que fora procurado por políticos de correntes diversas, com propostas de continuísmo. Contudo, o ex-presidente diz que jamais aderiu a quaisquer destas propostas (KUBITSCHEK, 1978). De qualquer maneira, isto mostra que, de fato, havia forças interessadas no “continuísmo”.

32 N.W.S. “O Continuísmo em pânico”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 23-29/07/1960, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

33 N.W.S. “O Continuísmo em Marcha”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 02-08/07/1960, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

do regime democrático. Portanto, para Sodré, estreitavam-se cada vez mais os apoios possíveis para a eleição do candidato nacionalista, pois esta dependia do dispositivo que assegurava a liberdade democrática. Mas este dispositivo havia sido perdido, resultando em ações arbitrárias que reforçavam alas que já haviam manifestado dissidência com os resultados eleitorais³⁴. Finalmente, o governo Kubitschek encontrava-se “homogeneizado em seu conteúdo entreguista, e particularmente na nova atitude do Exército, tão nitidamente assinalada no episódio de Cabo Frio”³⁵. A ala “entreguista”, “golpista”, “envelhecida” do governo, que sustentava o “continuismo”, passava a ter total domínio no governo³⁶.

O respaldo militar desta ala encontrava-se na política de “pacificação”, agora buscada pelo ministro Odílio Denys. Na realidade, tratava-se de inverter julgamentos para poder trocar o campo do Ministério da Guerra: aqueles que até então defendiam o regime democrático seriam acusados de subversivos; e os subversivos seriam alçados a defensores da ordem. Não havia, pois, pacificação. Havia “uma mudança de campo, da parte do orientador desta política. Transferiu-se para o campo que combatia”³⁷. Mas este respaldo militar era realizado sob as ordens daquele que seria o responsável pela nomeação dos ministros – no caso, Juscelino Kubitschek. “A ‘pacificação’ é, pois, uma tarefa em que o presidente Juscelino Kubitschek está

empenhado. Faz parte do fenômeno político caracterizado como ‘continuismo’, isto é, uma ampla manobra destinada a perturbar o quadro democrático”³⁸.

Embora o “continuismo” não tenha resultado em ações concretas de grande envergadura, Sodré manteve seu questionamento quanto ao caráter democrático e nacionalista das posturas de Kubitschek. Diante do pouco empenho do presidente para apoiar Lott, e até mesmo, segundo Sodré, tendo ações contrárias a esta candidatura, o autor passa então a vincular o governo Kubitschek ao futuro governo do já eleito Jânio Quadros. A análise de continuidade entre Kubitschek e Jânio foi tomando maior importância à medida que o marechal Denys começava, ainda no governo Kubitschek, a

34 “trazia-se à tona os elementos que haviam propiciado ou apoiado os motins de Jacareacanga e Aragarças, isto é, a componente subversiva e antidemocrática, apenas porque insuspeita de ‘nacionalismo’, na confusão entre nacionalismo e comunismo que caracteriza o entreguismo sob a sua forma mais empedernida, e atirava-se a vala comum tudo aquilo que, sendo nacionalista, ficava sob alvo de um anticomunismo tão vesânico quanto tolo”. N.W.S. “Depoimento sintomático”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 30/07-05/08/1960, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como *Cel. X*.

35 *Idem*.

36 É diante deste “continuismo” que Sodré desfere a crítica à política de desenvolvimento de JK, que se colocava “contra o atraso e o subdesenvolvimento”, mas que, na realidade, estava “desenvolvendo e adiantando muita gente, neste país e fora dele”. N.W.S. “O baile do continuismo”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 16-22/07/1960, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como *Cel. X*.

37 N.W.S. “A pacificação”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 13-19/08/1960, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como *Cel. X*.

38 *Idem*.

tomar medidas arbitrárias, negando as liberdades democráticas; e foi selada quando o mesmo ministro, depois no governo Jânio, continuou as arbitrariedades. Seguiremos com esta concepção de continuidade entre os dois governos, à qual iremos reconstituir com a finalidade de demonstrar que as medidas de exceção adotadas eram a contrapartida das políticas econômicas propagadas pelo bloco multinacional e associado. Desta maneira, a continuidade caracteriza-se pela escolha em favor de medidas de exceção, que negavam o estado de direito estabelecido pelo regime democrático, como único caminho para a implementação de medidas entreguistas. Isto é, a continuidade entre Kubitschek e Jânio caracterizava-se na defesa de um governo “forte” e “corajoso”, capaz de impor sacrifícios à sua população: a única maneira de implementação das políticas imperialistas.

3. O desenvolvimento associado e o regime de exceção

Logo após as eleições de 1960, Sodré contrariava a tentativa de manter o debate político nos termos em que se havia tentado colocar nas eleições. Sodré dizia que embora houvesse discussões em torno da avaliação que estava sendo realizada sobre as eleições, havia um ponto consensual: o de que existia “perfeita unidade entre o governo Juscelino Kubitschek e o governo Jânio Quadros, a continuidade entre eles, [...]

a obediência comum à mesma política, isto é, a dos monopólios estrangeiros”³⁹. Unidade esta que começava a se tornar explícita na reforma cambial que Jânio anunciava. Segundo Sodré, o presidente eleito estava, em suas falas, “começando a colocar-se na linha que o obrigam os financiadores de sua campanha eleitoral: vai fazer a reforma cambial completa”. Isto significava estar “na linha de Lucas Lopes, de Roberto Campos, e de Garrido Torres, pois, isto é, na linha de Juscelino Kubitschek, cujo governo continuará”⁴⁰.

A composição ministerial do governo Jânio foi aguardada com expectativa em duas áreas principais: a econômica e a militar. Na área econômica, a definição do ministério sinalizava quais seriam as posições do novo governo, retirando as ambiguidades apresentadas ao longo do período eleitoral, durante o qual o candidato tinha tanto que acenar para os interesses dos negócios estrangeiros, como também tinha de cativar a vontade popular. Mas, na composição dos ministérios militares, a decisão significava mais que a traição a acenos anteriores, pois “definia-se nitidamente por uma linha de violências, de ódio, de repressão e de vingança”⁴¹.

39 N.W.S. “Esclarecimento necessário”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 26/12/1960-01/01/1961, p. 2. Sem assinar.

40 N.W.S. “Um discurso”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 12-18/11/1960, p. 2. Sem assinar.

41 N.W.S. “A crise militar”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 11-18/04/1961, p. 5. Sem assinar.

Desta maneira, para Sodré, o novo governo colocava-se na posição da corrente conspirativa que esteve por trás do suicídio de Vargas, da tentativa de suprimir o regime democrático em 1955 e de movimentos que procuravam criar um clima de caos militar necessário à conspirata, como os de Jacareacanga e Aragarças. E os atos dos novos ministros provavam isto, ao começar pela “derrubada dos elementos que haviam cometido o crime, novo na vida institucional, de ter servido ao governo anterior”. Isto é, aqueles que haviam se colocado ao lado do dispositivo que assegurou a manutenção do regime democrático e, portanto, da ordem legal vigente, passavam a ser retirados de seus postos para serem substituídos por aqueles que defendiam o regime de exceção. As Forças Armadas passaram a ser tratadas “como fazenda particular, de propriedade de determinados grupos notabilizados pelo desrespeito à lei e aos regulamentos, pela infração premeditada e política da disciplina”⁴².

Esta política geral dos ministérios militares continha uma particularidade no caso do Exército, a qual resultava do fato de que o ministro nomeado pelo novo governo era o mesmo que havia servido o governo Kubitschek durante o período eleitoral, retirando daquele governo o dispositivo nacionalista e legalista: era o marechal Odílio Denys. Se os outros ministros militares já tinham histórico alinhado às ações golpistas, o ministro da Guerra tinha tido, em

sua carreira, “posição antípoda, politicamente, aos seus associados de agora”. Por isto, a sua posição não tinha consequências apenas para a avaliação sobre ele, mas sobre todo o movimento de que fez parte: a malícia estava em “fazer supor que, no Exército, havia unidade”⁴³.

Vemos, portanto, como a postura do ministro Denys retirou de Sodré a segurança quanto à possibilidade de ver ser realizada a unidade das Forças Armadas através da defesa da legalidade. E, para além disso, Denys passou a ser visto como apoio para “pacificação”, significando intranquilidade para o corpo de oficiais, sobretudo para aqueles que tinham posições nacionalistas definidas: “A linha adotada é de antinacionalismo macarthista, cujos traços revelam, a qualquer observador superficial, as marcas dos mandantes do exterior”. As perseguições, obviamente, não poderiam deixar intacto o Clube Militar: o Ministro da Guerra “transferiu os diretores escolhidos por eleição de associados. Destruiu, assim, a Diretoria eleita”⁴⁵.

Mas, afinal, qual a finalidade desta “pacificação”? Para Sodré, estava clara a ligação entre a “pacificação” e a política do governo. Neste

42 *Idem*.

43 *Idem*.

44 *Idem*.

45 Este expediente havia sido utilizado quando da vitória da chapa nacionalista em 1950 e da controvérsia em torno do artigo sobre a Guerra da Coreia. Foi quando Sodré foi para seu “exílio interno”.

sentido, a pacificação não era um assunto apenas entre militares, mas uma forma de garantir que o dispositivo militar voltaria à defesa da política executada pelo governo Jânio, sobretudo no que se referia à política econômica. Com a adoção da Instrução 204 da SUMOC⁴⁶, não era apenas a política monetária que ficava subordinada aos interesses externos, era também “a política em seu sentido lato, o que abrange o regime, os partidos, as eleições, a representação, os direitos individuais, as garantias democráticas”⁴⁷. Como a política econômica atenderia aos interesses imperialistas corporificados nos monopólios internacionais e explicitados pelas exigências do FMI, sua execução necessitaria de um aparato repressivo para conter as insatisfações populares.

Trata-se, na verdade, de montar um dispositivo de força que possa conter um povo espoliado, que possa fazer engolir a Reforma Cambial, com todos os seus efeitos, que transforme o direito de greve num farrapo de papel, que qualifique o nacionalismo como doutrina subversiva. A Reforma Cambial, antinacional e antipopular pelo seu conteúdo e seus efeitos, verdadeiro atentado aos interesses do Brasil e de seu povo, tornar-se-á, no seu processo violento de deterioração, antidemocrática, porque vai exigir do governo que a “adotou” uma atitude de repressão a toda e qualquer reivindicação, a todo e qualquer protesto, a toda e qualquer resistência⁴⁸.

A prisão dos membros da diretoria do Clube Militar e suas posteriores transferências tinham

um intuito ainda maior. Segundo Sodré, não era apenas a supressão das liberdades individuais e de manifestação resguardadas pelo regime legal que seriam usurpadas, mas a própria manutenção do presidente eleito poderia novamente sofrer investida dos golpistas. Para Sodré, o desejo do general Cordeiro de Farias e de seu “pseudônimo” marechal Odílio Denys

46 A Instrução 204 da SUMOC procurava atender às exigências do FMI para conceder o aval creditício a fim de que o Brasil pudesse renegociar seus débitos externos. Neste sentido, a Instrução direcionava-se à eliminação de subsídios pelo câmbio de custo e a simplificação cambial através de maior abrangência do câmbio livre para importações. Caio Prado Jr. (1961), em artigo coetâneo publicado na revista *Brasiliense*, argumenta que esta medida era uma continuidade da política entreguista do governo Kubitschek. A política de desenvolvimento que conferia papel de destaque ao capital estrangeiro deveria também, para tanto, “proporcionar aos empreendimentos imperialistas largas oportunidades de bons negócios no país” (p. 6), o que pressupunha resguardar a garantia de remuneração deste capital em moeda internacional. Neste sentido, a Instrução 204 pretendia “aumentar as disponibilidades cambiais do país” (p. 5) para proporcionar os “recursos com que fazer frente aos seus encargos financeiros no exterior” (p. 5) resultantes das “operações das empresas estrangeiras estabelecidas no país” (p. 5). Contudo, para isto, realizava-se uma política inflacionária, sob o argumento de que seus efeitos benéficos viriam no futuro, “à custa daqueles setores da população brasileira que já vinham sendo sacrificados pela política inflacionária do governo anterior” (p. 3). Além disso, a política seguida pela Instrução 204 prejudicaria a própria atividade econômica do país, uma vez que garantir divisas para remunerar o capital estrangeiro comprometeria a importação de bens essenciais à atividade econômica.

47 N.W.S. “O golpe: sua prática”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 02-09/08/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”, sem assinar.

48 N.W.S. “A crise militar”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 11-18/04/1961, p. 5. Sem assinar. Ver também N.W.S. “Uma política em pânico”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 19-26/04/1961, p. 2. Coluna “Fato da Semana”, sem assinar. E, ainda, N.W.S. “O caso do Clube Militar”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 04-11/05/1961, p. 2. Coluna “Fato da Semana”, sem assinar.

era “vedar aos oficiais o direito de uma opinião contra [...] a montagem do dispositivo golpista, antidemocrático e antinacionalista que prepara a ditadura”⁴⁹.

Ou seja, Sodré teve a acuidade de perceber a dupla ameaça ao regime legal estabelecido: pelas decisões que procuravam reprimir ou coibir manifestações contrárias às políticas econômicas alinhadas às exigências imperialistas; pelo dispositivo que, montado, era fortalecido com o intuito de preparar-se para instalar o regime de exceção. Mais ainda, para Sodré, o golpe não seria realizado num ato único, pois o golpe “caracteriza-se antes pela sucessividade e pelo rigor crescente das ações atentatórias aos direitos constitucionais, até um ponto em que só a força domina e dita as regras”⁵⁰. O regime de exceção estava sendo implementado através de medidas arbitrárias até se chegar definitivamente ao fim do formal regime democrático e da Constituição.

A democracia era “um clima que não serve ao imperialismo, que o prejudica, que o impede de realizar as suas operações, que inutiliza seus esforços, que o derrota”⁵¹. Por consequência, a democracia era um empecilho também para as correspondentes forças entreguistas internas fazerem prevalecer suas doutrinas que embasavam a política econômica adotada:

Eis a que chegou o Brasil, depois de tudo: a uma política econômica de deslavado e ostensivo

entreguismo e a uma política geral de arbítrio. A lei, o regime democrático, a norma comum são entraves que essa política já não suporta. Não há clima para ela dentro da lei. E por isso se torna obrigatório a violação do estabelecido, e a adoção da violência como norma comum. A democracia é sufocante para essa política dementada. Há que arruiná-la, derrocá-la, destruí-la”⁵².

Por ocasião da repressão a uma greve de estudantes no Recife⁵³, Sodré dizia que o governo havia feito um teste para saber como reagiriam as instituições representativas do povo, como sindicatos e estudantes, no caso da manobra do golpe ser realizada. Para Sodré, o governo estava “em fase final de montagem de um dispositivo militar que lhe permite a mais ampla liberdade de ação no campo do arbítrio”⁵⁴.

49 N.W.S. “O silêncio e o sepulcro”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 12-19/05/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”, sem assinar.

50 N.W.S. “O golpe: sua prática”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 02-09/08/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”, sem assinar.

51 *Idem*.

52 N.W.S. “Caracterização de um governo”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 29/06-05/07/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”, sem assinar.

53 A greve dos estudantes de Recife foi iniciada na Faculdade de Direito do Recife, mas rapidamente se estendeu para outras faculdades de Recife. Segundo artigo de Nelson Rodrigues dos Santos, publicado na revista *Brasiliense*, “Para reprimir este movimento estudantil que foi igual a tantos outros, as Forças Armadas, sem que fossem solicitadas pelo governo de Pernambuco, enviaram 2 contratorpedos e o cruzado ‘Almirante Tamandaré’, equipados para todas as emergências, além do deslocamento de todo o IV Exército, numa proporção de 7 soldados armados para cada acadêmico recifense. As faculdades foram ocupadas militarmente, e muitas prisões foram feitas, com julgamento militar, principalmente de estudantes” (SANTOS, 1961, p. 42).

54 N.W.S. “O teste do golpe”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 14-21/07/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”, sem assinar.

Diante desta conjuntura, Sodré, após seis meses do novo governo, elegeu o aspecto da liberdade, suas violações, como o aspecto nodal para caracterizar o governo Jânio, aspecto ao “qual todos os outros estão ligados, do qual dependem e muito”⁵⁵. Neste caso, fica claro que Sodré não se limitava à defesa apenas da legalidade formal:

A Constituição está em vigor e o poder que lhe fixa as regras de execução e dirige as divergências, o Judiciário, está funcionando. Seríamos, entretanto, vítimas de uma inadmissível falsidade se nos contentássemos com o aspecto formal do problema. Porque, na realidade, nesse meio ano de amostra do que é o governo do Sr. Jânio Quadros, as leis valeram pouco e a Constituição foi violada muitas vezes, e violada principalmente no que se refere à liberdade⁵⁶.

Por isto, Sodré defendia a manutenção do regime democrático, não somente em sua formalidade, mas como condição para uma democracia substantiva, como um campo no qual a classe dominante interna e a dominação externa, embrenhadas, tinham dificuldades, e mesmo incapacidade, para fazerem oposição às reivindicações populares, consubstanciadas nas medidas econômicas nacionalistas. Assim, o essencial era a “o regime democrático e a liberdade de desenvolvimento econômico”; “democracia e expansão econômica autônoma”⁵⁷. Ambas, democracia e medidas econômicas nacionalistas, eram condições necessárias para que o povo

se libertasse tanto do jugo imperialista como da dominação das classes conservadoras internas. As medidas econômicas nacionalistas, a defesa da cultura nacional, da capacidade e criatividade do povo brasileiro, não se realizariam simplesmente através de disputas econômicas, embora estas formassem um dos pilares. Elas seriam realizadas também através da democracia. Se as medidas econômicas nacionalistas eram necessárias para ter maior autonomia interna, condição para manutenção do regime democrático, a democracia também era necessária para que as medidas econômicas nacionalistas fossem realizadas.

Contudo, como notamos acima, Sodré também acreditava que havia algo perante o qual a vontade popular poderia apresentar-se mais fraca: era o “lastro militar”. Se em outros momentos Sodré acreditava que este lastro dificilmente seria conseguido, restringindo-se a uma pequena fração militar golpista, a tentativa de impedir a

55 N.W.S. “Atentados à liberdade”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 18-25/08/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”, sem assinar.

56 *Idem*. A delicadeza do tema e a consciência de Sodré sobre as possíveis represálias podem ser percebidas quando comparamos as evidências descritas neste artigo para argumentar a favor da constatação de que a liberdade estava sendo violada e o tom bem mais moderado utilizado em artigo assinado por ele, no qual diz: “Nenhum problema como o da liberdade é tão oportuno, em nosso país, neste momento”. N.W.S. “O problema da liberdade”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 20-27/05/1961, p. 8. Coluna “Notas de Crítica”, assinado como Nelson Werneck Sodré.

57 N.W.S. “O Caso do Clube Militar”. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 28/05-04/06/1961, p. 2. Coluna “Fato da Semana”, sem assinar.

posse de Jango após a renúncia de Jânio deixou Sodré mais alerta e menos confiante na maioria legalista dentro do Exército. Sodré já havia percebido a fragilidade desta posição política, legalista e nacionalista, diante das medidas adotadas e apoiadas pelo marechal Denys desde o seu ministério no governo Kubitschek, e intensificadas durante o governo Jânio Quadros. Contudo, a tentativa de impedir a posse de João Goulart como presidente marcou uma virada de comportamento de Sodré.

Sodré dizia que naquele momento a tarefa era “mostrar a necessidade de desmontar o sinistro aparelho policial-militar que trouxe a Nação em sobressalto, que violou a tranquilidade, que derogou todas as leis e que se preparou para transformar um regime democrático em um regime de força”⁵⁸.

E advertia que se isto não fosse feito, “podemos deparar, adiante, com novas demonstrações dessa espécie”. Para Sodré, o regime democrático havia demonstrado extraordinária vitalidade. Mas o autor não confiava que esta força seria suficiente para enfrentar novas investidas que poderiam continuar contra o regime democrático. Havia, portanto, a necessidade de o novo governo, Jango, “voltar as suas atenções para este dispositivo”⁵⁹.

Infelizmente, os artigos em jornais de Sodré se escassearam, desta data até o golpe, dificultando um acompanhamento das posições e

avaliações do autor diante dos acontecimentos que se passavam, sobretudo sua avaliação em relação ao governo Jango. Contudo, o que se seguiu é conhecido. E não se refere somente à manutenção do grupo conspirador, mas, ainda mais, refere-se a mais uma tentativa de colocar Sodré em um novo exílio interno. Sodré recusou, pediu a reserva, dedicou-se mais intensamente aos estudos e pesquisas no ISEB, no qual a História Nova dava seus primeiros passos e mostrava seus primeiros resultados. Mas, nem mais dedicação, nem mais passos, nem mais resultados foram possíveis. O golpe chegou, o ISEB foi revirado e desmontado e Sodré encarou 57 dias de prisão militar.

4. Considerações finais

As colunas de jornais escritas por Sodré, mas geralmente assinadas com pseudônimos que faziam referência a um militar, permitiram-nos fazer uma exposição mais contundente sobre a importância que o autor conferia à manutenção do regime democrático então vigente. Para Sodré, a legalidade estava ameaçada pela ofensiva imperialista e, conseqüentemente, a defesa da democracia então vigente já seria um empecilho para a ação imperialista.

58 N.W.S. “As origens do golpe militar”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 26/09 a 02/10/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”, sem assinar.

59 *Idem*.

Um dos elementos que influenciou esta percepção de Sodré foi sua condição de militar. As condições geopolíticas tornavam facilmente confundíveis os nacionalistas e os comunistas, repercutindo em medidas que comprometiam as próprias carreiras dos militares nacionalistas e articulação política do grupo. Neste sentido, o apoio à legalidade poderia ter mais penetração entre os militares sem comprometer o apoio às políticas econômicas nacionalistas. Isto foi reforçado com o episódio de novembro de 1955 e a garantia de posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Neste momento, a possibilidade de o ministro da Guerra garantir a manutenção do regime democrático deu novo conteúdo ao governo Kubitschek. A declaração de Lott de que a Petrobrás era intocável fortaleceu esta associação entre manutenção do regime democrático e política econômica nacionalista. Como consequência, Sodré acreditava que o desenvolvimento associado ao capital estrangeiro só conseguiria implementar suas propostas econômicas derrocando as liberdades democráticas. Esta percepção foi reforçada na análise que Sodré fez sobre as posições de Kubitschek durante a campanha presidencial de Lott; as políticas econômicas adotadas por Jânio Quadros; e as ações do novo ministro da Guerra, Odílio Denys.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lucio F. R. de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- BARROS, Luitgarde O. C. *et alii*. *Arquivo Nelson Werneck Sodré*: catálogo da obra. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.
- BENEVIDES, Maria V. de M. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 5ª ed., 2000.
- CUNHA, Paulo R. da. “Nelson Werneck Sodré, os militares e a questão democrática: algumas considerações e uma problemática.” In: CUNHA, Paulo R. da & CABRAL, Fátima (orgs). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- _____. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan, 2ª ed., 2011.
- DELGADO, L. de A. N. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: LTr, 2011.
- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- GAIO, André M. *Uma interpretação do Brasil: a obra de Nelson Werneck Sodré*. Curitiba: CRV, 2015.
- KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*, vol. 3. Rio de Janeiro: Bloch, 1978.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo; Petrópolis: Polis; Vozes, 1984.
- MARAN, Sheldon. “Juscelino Kubitschek e a política presidencial.” In: GOMES, Angela C. (org.) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora da FGV/CPDOC, 1991.
- PRADO JR., Caio. A Instrução 104 e a política econômica brasileira. *Revista Brasiliense* nº 35, mai-jun/1961.
- SANTOS, Nelson R. dos. “A crise de Recife.” *Revista Brasiliense*, nº 36, jul-ago/1961.
- SILVA, Hélio *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM editores Ltda., 1984.
- SILVA, Ligia M. O. “Desenvolvimentismo e intervencionismo militar.” *Ideias* (Revista do IFCH/Unicamp), ano 12(2)/13(1), pp. 11-40, 2005/2006.

_____. “A ‘Política do Exército’ no primeiro governo Vargas: 1930-1945.” In: BASTOS, Pedro P. Z. & FONSECA, Pedro C. D. (orgs.) *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. “Projeto nacional e politização das Forças Armadas, 1945-1964.” Trabalho apresentado no *IX Congresso Orleans – Louisiana*, 2008.

SILVA, Marcos A. (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas A Castelo Branco, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson W. *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1958.

_____. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

_____. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

VALENTE, Marcos A. *Celso Furtado e os fundamentos de uma economia política republicana*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2009.

Arquivos Consultados

Arquivo Nelson Werneck Sodré. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro-RJ.

Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional Digital (<http://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)